

PORTUGAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEIA

por MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
(Universidade de Coimbra)

O Reino de Portugal manteve, desde as suas origens, um constante intercâmbio político-cultural com a Europa. Da Reconquista Cristã às transacções comerciais e culturais dos séculos XIII, XIV e XV, à política de casamentos, ao intercâmbio de alunos universitários, à expansão ultramarina, aos projectos de evangelização, à guerra da restauração, Portugal teve um lugar importante como “ponte cultural e civilizacional entre a Europa e outros continentes”. Na época dos Descobrimentos, Portugal estava na vanguarda do espírito europeu. Propiciou-se o encontro de culturas, de civilizações, de mentalidades, de práticas diferentes. Mas a gesta expansionista significou também um afastamento nacional em relação à Europa. Portugal voltou-se então para o mar.

A sua marginalização geográfica em relação ao continente europeu não apagou, porém, a ligação latente que se manteve com o seu “centro geográfico” e com o seu “centro de poder”. Com efeito, o conhecimento de novos mundos trazido pela revolução geográfica das Descobertas alimentou utopias, gerou concepções outras, algumas delas anti-europeístas, mas ajudou também a consolidar a construção da ideia de Europa. Laicismo e cientismo, correntes que ao tempo das Descobertas se consolidaram, como, aliás, o humanismo, reforçaram o valor próprio da Europa, isto é, independentemente da cristandade. Como se sabe, o humanismo foi favorável, por um lado, ao cosmopolitismo e, por outro lado, alimentou o sentimento patriótico, mas enquanto movimento internacional estimulou a consolidação da ideia de Europa. Assumidamente não houve, portanto, no período da expansão, uma atitude anti-europeia.

Camões e os *Lusiadas*, símbolos nacionais, foram também referentes da cultura europeia. A figuração de uma Europa geográfica, cultural e religiosa, articulada com um constante e enraizado sentimento nacional, perdurou pelos séculos XVI, XVII e XVIII. A ideia da superioridade da Europa, encontramos-la explícita no texto seiscentista de Sousa de Macedo que a refere como “a melhor parte da Orbe coroada por Portugal”. Imagem esta que povoa todo o século XVIII, já que os portugueses viam a Europa como a mais ilustre das quatro partes do mundo. A verdade é que poderíamos falar da visão europeia de D. João V e dos seus diplomatas Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Fortes ou até mesmo do testamento político do ministro D. Luís da Cunha. Homens como Luís António Verney e a sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* ou Ribeiro Sanches no seu

livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade* ou Manuel Gomes de Lima Bezer-
ra em *Os Estrangeiros no Lima* ou mulheres como a Marquesa de Alorna, lega-
ram-nos igualmente uma visão europeia.

E se no século XVIII Portugal teve outras condições de intervenção, envolvido
que esteve em conflitos europeus, que cimentaram a sua consciência europeia,
também é importante sublinhar que no século XIX essa consciência europeia per-
durou e, mais, revivificou-se. Quando D. João VI embarcou para o Brasil, em
1807, não foram indiferentes os governantes portugueses à correlação de forças
europeias. Também Almeida Garrett, na sua obra *Portugal na Balança da Euro-
pa*, de 1830, equaciona a situação político-cultural portuguesa e considera “como
primeira a nossa Europa”¹. De igual modo muitos exilados liberais das primeiras
décadas do século XIX testemunham em cartas, em memórias, em relatos de via-
gem, na poesia ou no romance, a sua vivência na Europa civilizada e a necessi-
dade imperiosa de Portugal acertar o passo no sentido do progresso. Fala-se do
equilíbrio europeu na obra de Solano Constâncio, idealiza-se um Congresso das
potências europeias no projecto de José Máximo Pinto da Fonseca Rangel
e Vicente Ferrer Neto de Paiva, professor de Direito Público na Universidade de
Coimbra, define e projecta organicamente a consolidação da paz universal a par-
tir de uma associação europeia.

As polémicas político-culturais do século XIX – a Questão Coimbrã (1865), as
Conferências Democráticas ao Casino Lisbonense (1871) – denunciam a vontade
e urgente necessidade de assimilar o “espírito moderno” que animava a Europa,
ou seja, segundo as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de
Quental, “a ideia de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas
novas...”. É também neste sentido que Antero de Quental se exprime quando pro-
nuncia em 1871 a sua conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos
Peninsulares* e acentua que é preciso “ligar Portugal com o movimento moder-
no”, insistindo também em “procurar adquirir a consciência dos factos que nos
rodeiam, na Europa”. A Europa, espaço geográfico, cultural, religioso mas tam-
bém psicológico e social. Se para alguns autores a Europa é vista como um Ente
Moral, isto é, uma grande Família, tal como a define Faustino José da Madre de
Deus, ela é, para outros, mais do que um ente moral, o mesmo é dizer que a Euro-
pa é um corpo com alma. “Um grande corpo simbólico – escreve Eça de Queirós
nas *Notas Contemporâneas* – em que cada pátria é uma forte qualidade física ou
uma ambição inteligente da alma... e em que Portugal é a vigorosa acção vital,
o movimento espontâneo, a decisão violentado sangue”.

Assim, como se vê, a Europa personifica-se, corporiza-se. Dito por outras
palavras, dá-se-lhe força anímica. Nesta perspectiva, Oliveira Martins explana
como é o espírito que explica e fundamenta a própria civilização europeia.

Se os demoliberais, socialistas e republicanos, entre outros José Félix Henri-
ques Nogueira, Antero de Quental, Sebastião de Magalhães Lima, propalaram

¹ Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, Londres, 1830.

a Federação dos Povos e a formação dos Estados Unidos da Europa, outros foram – como os modernistas – que melhor as caracterizaram. O rosto da Europa era, segundo a expressão de Fernando Pessoa, Portugal; Portugal que fita o Ocidente, que olha com nostalgia o mar, “o imaginário complementar da unidade ontológica portuguesa”.

A verdade é que Portugal se debatia, nos fins de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX com esta questão verdadeiramente crucial: como conciliar a prossecução da construção de uma sociedade multirracial e multicultural, ou seja, a aceitação e integração de outros povos e culturas com a absoluta superioridade europeia? Ganha sentido a afirmação de Eduardo Lourenço: “Ao fim de quatro séculos de vida extra-europeia não voltámos os mesmos”. Dito por outras palavras, europeus da primeira hora, os portugueses eram igualmente “inter-continetais” já que a nossa língua e a nossa cultura criaram raízes na África, no Brasil, no Oriente. O mesmo é dizer que há, pois “muita memória em nós portugueses além da multissecular de europeus”².

Mas que país europeu foi só e exclusivamente europeu? Alguma vez a Europa foi só Europa?³

As sequelas das duas Guerras Mundiais significaram na consciência dos povos europeus a decadência do nacionalismo expansionista e a superação de formulações coloniais como consequência, por um lado, das hegemonias americana e russa do pós-guerra e, por outro lado, do desejo de independência dos povos colonizados. Assim também o regresso à ideia de uma unidade europeia impunha-se como algo que transcendia uma vivência meramente nacional. Isto significa que a Europa aparecia como resposta possível aos antagonismos e dificuldades com que se deparavam os países do continente entre blocos que se confrontavam. Mas aparecia também como antídoto a uma certa sensação de angústia, ou seja, a uma psicose do mundo moderno. Psicose que encontrava a sua causa mais próxima numa sensação de isolamento que não excluía a possibilidade de a Europa se transformar num palco de digladição de interesses alheios.

Atento ao movimento e às mudanças do cenário internacional, Portugal, país pequeno e periférico, o mais ocidental da Europa, fechou-se, ou seja, segundo as palavras de Eduardo Lourenço, “encerrou-se num solilóquio onde a referência ao outro, mesmo formal, foi perdendo pouco a pouco o mínimo de credibilidade e também de utilidade”. De facto, no quadro político operou-se um distanciamento que foi ganhando uma mais forte e profunda consolidação a nível ideológico. Entende-se, assim, que de 1936 a 1939 se radicalizasse, em clara sintonia com os ventos antidemocráticos que varriam a Europa, uma geração nova que comungava de um ideário totalitário. E a mesma conjuntura explica a força do nacionalismo autoritário, filosofia política fundamentadora do pensamento de António de Oliveira Salazar e do regime do Estado Novo, regime este legitima-

² Eduardo Lourenço, “Portugal: entre a realidade e o sonho”, *Oceanos*, nº. 16, Lisboa, 1993, p. 11.

³ Jorge Borges de Macedo, “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, *Democracia e Liberdade*, nº. 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, pp. 11–24.

do pela Constituição de 1933, tendo claramente assumido directrizes nacionalistas, corporativistas, autoritárias, imperialistas, anti-comunistas e anti-socialistas. Por isso, perante as convulsões europeias, Salazar e os salazaristas revelam uma ideologia fundamentada na formação de estados fortes, na importância de um “internacionalismo autoritário” revestido de um antidemocratismo sistemático. Desta forma, se a barreira levantada por Hitler ao avanço comunista tinha ruído, outra devia erguer-se contra a Rússia comunista, a “anti-Europa”, na expressão de Gonzague de Reynold, autor de *L’Europe tragique*.

Dir-se-ia que Salazar e os salazaristas receavam mais o comunismo do que o “perigo das democracias”. No entanto, o avanço de uma Europa comunitária, democrática, suscitava também ao regime salazarista e aos seus ideólogos sérias reservas. É importante sublinhar que na sua concepção a Europa “não significa propriamente um continente, nem uma estrutura económica e muito menos uma estrutura política supra-nacional, mas engloba uma dimensão mais geral, ou seja, é sinónimo de Ocidente”. Esse Ocidente em crise, recuperável, todavia, pela construção de uma “Nova Europa”, erigida segundo os valores tradicionais reprovados. É neste contexto que João Ameal publica, em 1938, a sua obra *Construção do Novo Estado* e, em 1945, *A Europa e os seus fantasmas* e que Eduardo Freitas da Costa divulga o seu *Testamento da Europa* (1942). Numa perspectiva católica, a ideia é defendida por Silva Dias em *O Problema da Europa*, em 1945, contrapondo-a à visão mais democrática de Abel Salazar, autor de *A Crise da Europa*, datada de 1942.

Se não restam dúvidas que uma abertura à Europa, em larga medida determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar, também é verdade que este estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia. Em termos concretos, Portugal não acompanhou como elemento integrador o movimento intelectual que lançou os fundamentos teóricos da Comunidade Europeia. Mas esse nacionalismo ideológico salazarista relativamente à não integração política europeia não era incompatível com uma certa liberalização económica. Quero com isto dizer que Salazar tomava uma atitude mais pragmática ao admitir as vantagens, sobretudo financeiras, da presença portuguesa em organizações europeias sem que esse acto significasse, no entanto, qualquer compromisso político. Não espanta. É que a questão financeira colocou-se, como bem se sabe, de forma insistente a Salazar, já Ministro das Finanças em 1928. O que explica que Salazar se tivesse preocupado com o reequilíbrio económico português à luz de um plano que visava umas “finanças sãs”. À luz destas intenções, ganha sentido este epíteto atribuído a Salazar, em Abril de 1948: *Um grande Português e um grande Europeu: Salazar*. A evocação aparece como reavivamento do nacionalismo e o reconhecimento do europeísmo salazarista. Tudo se mobilizava, no entanto, para colaborar o mínimo possível à escala europeia, o que permitiria salvaguardar o país das “ideias falsas e palavras vãs”, como anunciara Salazar no seu discurso de 23 de Fevereiro de 1946. Se levarmos em conta o que atrás foi dito verifica-se que a concepção europeísta de Salazar advém da sua conformidade com um plano estratégico. Deste modo, ganha sig-

nificação o alinhamento com a NATO, em 1949. Não deixa de ser igualmente significativo que se detecte uma persistente visão atlântica na política externa portuguesa. Deste modo, Portugal não podia desligar-se do Atlântico como não precisava de deixar de ser europeu. Todavia, como acrescenta Salazar no mesmo discurso de 1946, “o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”⁴. Para o provar analise-se o significado da Europa enquanto centro nevrálgico do mundo, mas sempre clara e militantemente assumida na perspectiva de uma Europa alargada – uma Europa atlântica. Naturalmente, uma concepção euro-americana e euro-africana e não uma Europa Continental, comunitária, federalista. Na verdade, na perspectiva salazarista, Portugal não podia nem devia desligar-se do Atlântico como não precisava de deixar de ser europeu. Sintomaticamente dizia Oliveira Salazar – “o que damos é mais largo sentido ao Ocidente”⁵.

É certo que Portugal está na Sociedade das Nações criada em 1920, integra a ONU (1945) dez anos depois da sua formação (1955), mas não viu com bons olhos a constituição do Benelux, em 1947, com a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, o Conselho da Europa, formado em 1949 e o Tratado de Roma, assinado em 1957. Isto explica que a Europa dos Seis (Alemanha, França, Itália, Holanda e Luxemburgo), primeira organização efectiva de uma Europa centro-occidental tenha sido alvo de críticas no discurso de Salazar proferido na Emissora Nacional em 1 de Novembro de 1957.

Não deixa de ser significativo que a liberalização comercial na Europa e em Portugal dos anos 40 à década de 60 tenha permitido aos produtores portugueses penetrar nos mercados e entrar no sistema concorrencial europeu. Não se pode esquecer, assim, que Portugal tenha participado na Organização Europeia Económica (OECE) criada em 1948. Não admira ainda que Portugal se mostrasse interessado na adesão à Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). A estes compromissos de aproximação de Portugal à Europa, no plano económico, soma-se também o momento em que é criada a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e a adesão portuguesa em 1960, bem como a integração como membro da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico). De tudo isto ressalta uma certa flexibilidade em relação a futuras ligações de Portugal às Comunidades Europeias, comprovada, aliás, nas aspirações transmitidas em carta de 18 de Maio de 1968 entregue na sede comunitária pelo embaixador português José Calvet de Magalhães.

É um facto que tentativas houve no sentido de criar um espaço económico que inserisse Portugal e as colónias, projecto aliás já acalentado nos fins do século XIX. Com o começo da guerra colonial em 1961 a verdade é que a África não podia ser uma alternativa em termos económicos para Portugal perante a Europa. E se na década de 60 Portugal sofreu as sequelas da guerra do Ultramar, foi então que se ergueram os fochos da vanguarda estudantil, em 1962

⁴ António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas* IV, Coimbra, Coimbra Editora 1951, p. 213.

⁵ *Ibidem*, pp. 211–212.

e 1969; se registaram também fortes movimentos de emigração para os países europeus; se operou a transição do poder de Salazar para Marcelo Caetano, e foi ainda o momento em que se desenvolveu aceleradamente o processo de ruptura do regime político que culminou, como se sabe, com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.

Também a fase preparatória do pedido de adesão de Portugal à CEE, a apresentar em Fevereiro de 1963, é adiada para 1970, ou seja, após a Conferência de Haia de 1969 e depois da integração da Grã-Bretanha. Apesar de não estarem ainda reunidas as condições necessárias para uma efectiva integração de Portugal nas Comunidades Europeias, numa Europa democrática, preconizava-se, todavia, um desejável acordo económico. Ora, foi com este mesmo propósito que se procurou fazer as negociações que ocuparam o ano de 1971. Por fim, o acordo comercial de Bruxelas celebrou-se em 22 de Julho de 1972. Este acto deve ser visto, é importante notar, como sintoma de aproximação de Portugal à Europa. É que, num momento difícil da vida portuguesa, procurava-se auferir, muito concretamente, as possíveis vantagens económicas. Por outro lado, é de presumir que dos temores de Salazar comungavam outros estadistas que se manifestavam explicitamente críticos. Veja-se, por exemplo, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que no seu discurso de 8 de Abril de 1970 lembrava que “a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política. Por isso, aconselhava que só no indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar” assentava a realidade da Nação. Daí que Portugal só se fortalecesse “fora e além da Europa”. Por sua vez, o deputado Pinto Leite fundamenta, com objectividade, no seu discurso de 15 de Abril de 1970, na Assembleia Nacional, que a “decadência de Portugal se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa”. Enfim, posições contrastantes num debate que perdurou até aos nossos dias.

Encerrado o ciclo do Império, após a guerra colonial de treze anos que, para alguns, significou um trauma nacional, Portugal continuou, todavia, a valorizar a sua ligação estreita à África, ao Brasil, ao Oriente.

Portugueses, como sempre fomos europeus, levando afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu. E, levando em conta esta asserção, pode mesmo inferir-se que o processo de integração europeia de Portugal é um fenómeno que se insere numa evolução muitas vezes interrompida mas historicamente inevitável. Mas foi a revolução de 25 de Abril de 1974 e a consequente democratização de Portugal que fizeram equacionar em novos moldes a nova participação portuguesa na Europa.

Na verdade, não foi a Revolução de Abril que nos abriu as portas à Europa, já que Portugal era membro da Organização Europeia de Cooperação Económica, da União Europeia de Pagamentos, do Acordo Monetário Europeu, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Isto é, a opção económica delineada em 1948 ganhou consistência com a adesão à EFTA, em 1960, e concretizou-se ainda no Acordo de Bruxelas em 1972. Ao contrário, foi a revolução de 1974 e a consolidação da democracia portuguesa que criaram,

então, as condições de integração num empreendimento europeu, ou seja, num “projecto supranacional” de vocação democrática, pluralista, de tolerância ideológica, de preservação de identidade nacional.

Corria o ano de 1975 e a cena política portuguesa foi palco da objectivação do processo descolonizador. Com efeito, a inevitabilidade deste fenómeno, tendo em conta as profundas alterações operadas após a II Guerra Mundial, provocou crescentemente mutações económicas, sociais, políticas e estratégicas. Parece assim indiscutível que a descolonização, a fragilidade da economia e os agudos problemas sociais pressionassem a necessidade de se inteligir as urgentes transformações internas com a não menos premente revisão do posicionamento externo. Isto significa que era já irreversível o processo de uma “redefinição dos objectivos estratégicos nacionais”. Dito de outra forma, estava em marcha a dinâmica de uma evolução política no sentido de privilegiar o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Deste modo, ganham sentido as palavras do economista Ernâni Lopes: “a partir do cruzamento entre descolonização e adesão às CE, Portugal iniciou um novo ciclo histórico”.

Do que ficou exposto se confirma que só depois da revolução de 1974 e com o advento da democracia política se pôde pensar Portugal no projecto europeu, o mesmo é dizer, a reconstrução do lugar e do papel de Portugal na Europa e no mundo. É que se Portugal mantivesse uma posição isolacionista, confinar-se-ia, sem dúvida, a um reduto periférico da Europa Unida e da Espanha reforçada. Ficaríamos, uma vez mais, “orgulhosamente sós”.

Parece claro que a melhoria das condições de vida dos Portugueses exigia a modernização do Estado e da sociedade na base de um sistema que salvaguardasse, por um lado, a paz, a segurança, uma mais ampla igualdade e mais equitativa justiça e, por outro lado, um mais sólido equilíbrio num projecto colectivo europeu.

Dada a importância destes objectivos era lógico defender a emancipação da sociedade civil da tutela de um Estado paternalista e fazer vencer a afirmação da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

Dir-se-á que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era ditado como um passo decisivo para “o reencontro com uma vocação histórica de abertura”. Mas reencontro não significava regresso. É que Portugal não esteve nunca ausente da Europa. Deste modo, pode afirmar-se que reencontro é sinónimo de “redescoberta”. Redescoberta que passava pela necessária redefinição de Portugal na Europa e no mundo, mantendo, porém, como qualquer outra nação, as suas próprias especificidades. Assim, Portugal prosseguia “o seu caminho histórico”.

De facto, se na adesão à CEE não se esgotava totalmente a perspectiva do desenvolvimento português, ela foi tida como componente necessária de uma política global, profunda e coerente que se revelava de capital emergência nascida de uma nova realidade. Se, para alguns, isso significava integrar uma “Europa em crise”, para outros, porém, era a saída para a crise portuguesa. Sem pormenorizar todas as vertentes envolvidas neste debate interessa captar os seus efeitos nos portugueses defensores deste impacte qualitativo e multidimensional. Houve,

todavia, resistências mais activas ou mais passivas tendentes a obstar à sua concretização.

Formado o I Governo Constitucional, o seu Primeiro Ministro, Mário Soares, apresentou o pedido de adesão de Portugal à CEE e na sessão da Assembleia da República, de 18 de Março de 1977, justificou circunstanciadamente a posição assumida. “Feita a descolonização – referia – cujos reflexos no nosso viver colectivo continuam a fazer sentir – Portugal regressando às suas fronteiras europeias reassume a sua verdadeira identidade na integração europeia, onde melhor se realçarão as nossas potencialidades nacionais, sem esquecer a vocação universalista e africana”. Será útil sublinhar que o debate suscitou um considerável apoio da opinião pública mas não deixou de mover críticas e suscitar reflexões. Ao mesmo tempo, ganhou expressão na imprensa e nos órgãos de comunicação social, mas outras correntes de opinião questionaram a integração portuguesa nas Comunidades. Não admira. A questão não era, nem foi pacífica. Por sua vez, não foi unânime a posição das forças partidárias. Para se compreender melhor esta afirmação importa sublinhar que o Partido Socialista, em 1976, anunciara já as vantagens das negociações com a CEE. Em 1977, o Partido Social Democrata apoiou publicamente o pedido imediato de adesão.

Por outro lado, foi do Partido Comunista que se levantaram as vozes dissonantes ao afirmar que “a CEE não é a Europa ... é apenas a pequena Europa dos Nove...”. Na sua opinião, “a Europa vai do Atlântico aos Urais”. O diagnóstico feito pela esquerda radical, pela UDP, previa a dependência portuguesa face ao imperialismo europeu. Prova-o ao reiterar que Portugal cumpriria a sua missão com um “projecto meramente nacional”.

Em 28 de Março de 1977 foi apresentado o pedido formal e as negociações foram abertas oficialmente em 17 de Outubro de 1978. Contudo, foram sete anos de sucessivos esforços convergentes aos diversos níveis da vida nacional que permitiram estabelecer em Março de 1985 as grandes coordenadas do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, assinado em 12 de Junho de 1985, para entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1986.

É certo que uma corrente favorável, e a mais numerosa, apontava numa direcção optimista. Concretamente, reconhecia-se a integração portuguesa como uma decisão segura que, para além dos seus objectivos políticos e sociais – a consolidação democrática do país – representava também o caminho certo para o desenvolvimento económico nacional.

Entre os que a contestavam, o grupo dos ultra-nacionalistas era o promotor da ideia de que Portugal não podia subsistir sem o seu império equacionando, ainda, os efeitos da integração com a perda da sua própria independência política. Para os “terceiro-mundistas”, adeptos do não alinhamento à Europa, ganhava força a estratégia tendente a fortalecer as relações com os países de expressão portuguesa, em particular com os países africanos como solução alternativa e de “autonomia” face à integração europeia. Uma outra opinião assinalável é a dos comunistas. Na sua perspectiva, o projecto de integração significava, por um lado,

o grau supremo de submissão do país ao capital estrangeiro e, por outro lado, a sobreexploração da mão-de-obra.

Mas uma outra corrente de opinião fundamentava claramente o seu projecto de associação de Portugal às Comunidades Europeias, consolidada, todavia, pelas relações comerciais, dispensando-se a integração do país nas outras valências de estrutura comunitária.

Seja porque a integração representava, para alguns, um passo necessário e irreversível, dada a vocação europeia de Portugal, pese embora as dificuldades dessa concretização, seja em consequência da corrente tradicionalista que defendia intransigentemente o Portugal pluricontinental e multinacional, o certo é que o debate foi sendo insistente.

Se tudo isto é indício das transformações que iam ocorrendo, pode adiantar-se ainda que a evolução do sistema político português esteve indubitavelmente na base de variações de opinião e da evolução do tratamento da questão europeia. Dito por outras palavras, o problema já candente durante a ditadura salazarista e o governo de Marcelo Caetano, teve o seu momento maior, o seu reavivamento, após a Revolução de Abril e, assim, atraiu e dominou a atenção dos portugueses em várias e sucessivas etapas por que passam o estabelecimento do regime democrático.

Levando em conta estas expectativas, impõe-se indagar: Será a Europa uma “fatalidade”, um “mal menor”, ou então, como afirmou Diogo Freitas do Amaral, será um imperativo da nossa história e da nossa cultura? Isto é, “a Europa será final uma plataforma da nossa identidade”, como se interrogava Lucas Pires?

Seja como for, devemos relevar que a opção europeia não deixou de ser multi-dimensional. De facto, a integração portuguesa teve um cunho acentuadamente político. Parece claro que Portugal, liberto de um regime autoritário, ao inserir-se na Comunidade das Nações que há muito viviam num sistema democrático estabilizado, garantiria o enraizamento e a consolidação da jovem democracia em construção. É um facto que a garantia da segurança e a estabilidade no sudoeste da Europa tinham um peso assinalável. Como é lógico, a jovem democracia procurava reforçar a salvaguarda dos direitos e liberdade, fundamentais dos cidadãos portugueses. E será com este propósito que tentava cimentar a liberdade económica e a liberdade sindical, corolários imprescindíveis à prática democrática. Assim, é neste contexto que se requeria a clarificação do sistema económico, ainda fortemente marcado pela ideologia estatizante dos primeiros anos da Revolução de 1974, estimulado pela interpenetração com economias mais avançadas e norteadas por parâmetros modernos de rentabilidade, de eficiência e de gestão.

Por sua vez, a integração europeia de Portugal, pelas potencialidades reconhecidas, pelos meios financeiros e organizacionais que propiciava e ainda pelo forte estímulo que suscitava, assumia um inegável desafio, muito em particular, apon-tava para a inadiável recuperação económica. Parece, portanto, indiscutível, que nesta perspectiva a Europa era, pois, uma necessidade. A construção da Europa não era, não é, tão-só, uma realidade económica. Naturalmente, ela é também uma entidade cultural. A esta luz, Portugal resolveria ainda a crise de identidade

nacional decorrente da descolonização e da desagregação político-militar. Isto é, venceria a descrença em si próprio, exorcizando traumas e complexos, por certo sem real fundamento. Assim sendo, registe-se que a integração comunitária desempenhava um papel activo e fomentador a nível económico, mas revelava-se também como móbil de construção cultural, civilizacional e espiritual.

Entendia-se, desta forma, que a adesão de Portugal acentuava a sua dimensão internacional e fazia jus à vocação económica que a história conferiu à cultura portuguesa. Do que ficou dito, pode-se, pois, concluir que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias se explica e deve ser entendida numa quádrupla perspectiva: política, histórico-cultural, económica e social.

Dir-se-ia que a opção europeia foi assumida como projecto nacional determinante, prioritário e irreversível da política interna e externa. Mais concretamente, o desafio europeu traduzia-se na modernização de métodos, de prática, e de mentalidades.

Os anos 80 trouxeram algumas evoluções significativas no âmbito do tema em discussão: vontade de adesão, crescente e generalizada consciência das dificuldades da concretude dessa vontade e a sentida irreversibilidade da vocação europeia de Portugal. De facto, pode afirmar-se que o tom dominante assinalava a inevitabilidade histórica da integração comunitária e acentuava, de igual modo, a irreversibilidade histórica da aceitação da candidatura portuguesa por parte das comunidades. Momento único! Se não, talvez Portugal sofresse o drama do isolamento europeu e, até mesmo, do isolamento ibérico. O mesmo é dizer que ficaríamos, uma vez mais, e utilizando a expressão de Salazar, “orgulhosamente sós”.

Em última análise, se o país entrou na Comunidade Europeia e permanece hoje na União Europeia será isso, ou não, do interesse nacional? Se é, há que fortalecer a própria União.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Martim de, “Portugal e a Consciência da Europa”, *Oceanos*, n.º 16, Dezembro, Lisboa, 1993, pp. 13–23.
- CASTILHO, José Manuel Tavares, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968–1974)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000.
- CUNHA, Norberto Ferreira da, “O Salazarismo e a ideia de Europa”, in *O federalismo Europeu. História, Política e Utopia*, coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 153–179.
- GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, 1830.
- LOURENÇO, Eduardo, “Portugal: entre a realidade e o sonho”, *Oceanos*, n.º 16, Lisboa, 1993.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, *Democracia e Liberdade*, n.º 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, pp. 11–24.
- MAGALHÃES, José Calvet de, “Salazar e a unidade europeia”, *Portugal, Espanha y Europa. Cien años de desafío (1890–1990)*, Mérida, 1991, pp. 129–145.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Le Portugal et le nouveau défi de l’Europe”, in *Europe: Fédération ou Nations*, Paris, Éditions Sedes, 1999, pp. 191–204.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Il Portogallo in Europa (1945–1986)”, *I Movimenti per L’Unità Europea 1970–1986*, a cura di Ariane Landuyt e Daniela Preda, t. 1, Bologna, Il Mulino, 2000, pp. 363–385.

- ROLLO, Maria Fernanda, “Salazar e a construção europeia”, in *Penélope*, n.º. 18, *Portugal e a unificação europeia*, org. de A. Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, 1998, pp. 51–76.
- SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 213.
- SILVA, António Martins da, *Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage, 2005.
- TELO, António José, “As estratégias para o Atlântico nos anos cinquenta”, *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, n.º. 1, 1995, pp. 117–147.
- TELO, António José, “A busca de uma estratégia autónoma pela Europa”, in: *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, coord. de António José Telo, Lisboa, edições Cosmos, 1996, pp. 203–229.
- TORGAL, Luís Reis, “Salazarismo, Fascismo e Europa”, *Vértice*, n.º. 52, Lisboa, Janeiro-Feveireiro, 1993, pp. 43–50.
- TORGAL, Luís Reis, “Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais”, in: *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, coord. de António José Telo, Lisboa, edições Cosmos, 1996, pp. 239–262.